



CÂMARA MUNICIPAL
PAREDES


977
Kary


CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES

QUADRIÉNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL N.º 20/17

2017/10/26





QUADRIÊNIO 2013/2017

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAREDES, REALIZADA NO DIA 26 DE OUTUBRO DE 2017

Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e dezassete, no Edifício dos Paços do Concelho, reuniu o executivo Municipal, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor JOSE ALEXANDRE DA SILVA ALMEIDA, Presidente da mesma Câmara Municipal, com a presença dos Vereadores Senhores: -----

FRANCISCO MANUEL MOREIRA LEAL, BEATRIZ SOFIA GOMES MEIRELES, PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA, ELIAS ACACIO DA SILVA BARROS, RUI MANUEL MOUTINHO FERREIRA, MANUEL FERNANDO NOGUEIRA DA ROCHA, MARIA HERMINIA GUEDES MOREIRA, FILIPE SILVESTRE FERREIRA CARNEIRO. -----

A reunião foi secretariada por Verónica de Brito Castro, Licenciada e Chefe da Divisão Administrativa da Câmara Municipal. -----

Sendo catorze horas e trinta e cinco minutos, verificando-se haver “quórum” para funcionamento do Executivo, pelo Senhor Presidente foi declarada aberta a reunião. -----



97

Ucaray

1 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo oitavo do Regimento desta Câmara Municipal, foi, pelo Senhor Presidente, declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia, verificando-se as seguintes intervenções: -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. Rui Moutinho que afirmou: "Gostaria de começar esta reunião por, pese embora já o tenha feito no próprio dia das eleições ocorridas a um do presente mês, saudar o Partido Socialista pela vitória eleitoral obtida e, nessa medida, desejar ao senhor Presidente e aos demais Vereadores, votos de sucesso, pois o sucesso de todos será o sucesso do Concelho de Paredes e das suas gentes. Da nossa parte, dos Vereadores eleitos nas listas do PSD, o senhor Presidente da Câmara pode contar com a máxima cooperação, espírito crítico, mas sempre com o exercício de uma oposição pela positiva. Posto isto, senhor Presidente. Eu sei que o senhor ainda está a começar a perceber como funciona uma câmara. Mas tenho de lhe dizer que o denominado órgão executivo é composto, no caso de Paredes, por nove membros, o senhor Presidente e oito vereadores, portanto, por muito que lhe custe, faça o favor de dar instruções para que no site sejam indicados todos os membros do executivo, incluindo os vereadores da oposição. Eu sei que lhe custa, mas, na derrota, como na vitória, devemos ser dignos. Faz parte da ordem de trabalhos desta reunião, no seu ponto 11, mas como se trata de um assunto para conhecimento por parte dos membros da Câmara, aproveito este momento para lhe dizer, senhor Presidente que sabemos que lhe cabe a si distribuir os pelouros como muito bem entender, mas temos de fazer notar que a nível local, como a nível nacional, o PS dá muito pouca importância à Proteção Civil, ficando sem se saber como poderá um vereador a meio tempo desempenhar cabalmente as funções numa matéria de importância tão crucial como esta. Não está em causa, nem é de todo o modo a nossa preocupação, a capacidade ou valia do senhor Vereador a quem foi atribuído este pelouro, o que está em causa é tão só o facto de entendermos que é uma matéria que exige uma disponibilidade integral e sem limite de tempo ao vereador a quem seja atribuído. Por último e neste período de antes da ordem do dia, digo-lhe que o PSD teve

977

Ucaray

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

3 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2017 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a proposta da ata da reunião ordinária do Executivo Municipal, realizada no passado dia vinte de setembro do corrente ano e cuja cópia foi previamente enviada a todos os membros deste Órgão. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM CINCO VOTOS A FAVOR, DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL E DOS VEREADORES SENHORES, DRA. BEATRIZ MEIRELES, DR. RUI MOUTINHO, DR. MANUEL FERNANDO ROCHA E DRA. HERMÍNIA MOREIRA E QUATRO ABSTENÇÕES, DOS SENHORES VEREADORES, DR. FRANCISCO LEAL, DR. PAULO SILVA, SR. ELIAS BARROS E DR. FILIPE CARNEIRO, APROVAR A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, REALIZADA NO PASSADO DIA VINTE DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO. -----

O Senhor Vereador, Dr. Rui Moutinho, fez a seguinte declaração de voto: "Apesar de não ter estado nesta reunião, nem como eleito que ainda não era, nem a qualquer outro título, atendendo a que dois dos nossos vereadores de hoje também o eram à data, nos asseguram que, como é usual nos serviços municipais, a redação da ata corresponde àquilo que se passou na reunião, vou votar a favor da sua aprovação". -----

4 - PROPOSTA DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE SETEMBRO DE 2017 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

97

Uary

Foi presente à reunião, a proposta da ata da reunião extraordinária do Executivo Municipal realizada em vinte e sete de setembro do corrente ano. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM QUATRO VOTOS A FAVOR, DA VEREADORA DRA. BEATRIZ MEIRELES, DR. RUI MOUTINHO, DR. MANUEL FERNANDO ROCHA E DRA. HERMÍNIA MOREIRA E CINCO ABSTENÇÕES, DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA, DOS SENHORES VEREADORES, DR. FRANCISCO LEAL, DR. PAULO SILVA, SR. ELIAS BARROS E DR. FILIPE CARNEIRO, APROVAR A ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO EXECUTIVO MUNICIPAL, REALIZADA NO PASSADO DIA VINTE E SETE DE SETEMBRO DO CORRENTE ANO. -----

5 - PAGAMENTOS PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, uma informação proveniente da Divisão de Contabilidade e Finanças, com o número de identificação de processo geral sessenta e um mil oitocentos e vinte e sete, datada de dezanove de outubro do corrente ano, a remeter ao Executivo, para conhecimento, a lista de pagamentos efetuados no período de onze de setembro a treze de outubro do corrente ano, no montante de um milhão, cento e setenta e dois mil, noventa e sete euros e noventa e seis cêntimos. -----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

6 - PROPOSTA MODIFICAÇÃO ORÇAMENTAL - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



97

Ucaray

Foi presente à reunião, o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal número, nove mil novecentos e dezanove barra dezassete, datado de vinte e três de outubro do corrente ano, a propor a vigésima primeira Modificação ao Orçamento Municipal ano dois mil e dezassete; Modificação ao Orçamento da Despesa, vigésima alteração Orçamental; Modificação ao Plano de Atividades Municipais, décima segunda Alteração Orçamental. - Tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. Rui Moutinho que colocou as seguintes questões: "Quais são as instituições sem fins lucrativos que irão deixar de ser apoiadas? Serão aquelas das freguesias onde o PS não ganhou? É que já nada nos espanta desde que ouvimos o senhor Presidente a afirmar publicamente na tomada de posse dos órgãos da freguesia de Sobrosa que, como aquela freguesia já teve muito investimento, se calhar vão ter de se virar para outras. Será este o modo de governação do PS, apoiar apenas as freguesias onde ganhou a Junta?" -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que afirmou que em vez de manifestar tais preocupações, o Senhor Vereador Rui Moutinho deveria pedir desculpas por ter mentido aos paredenses quando, num debate, apesar de ser Diretor Financeiro, afirmou que não poderiam ser feitas alterações orçamentais. Esclareceu que, até então, haviam sido feitas dezanove alterações orçamentais sendo que, a alteração em causa, era a vigésima primeira e, por conseguinte, o anterior Executivo ainda procedeu a mais uma alteração orçamental. Observou que todas as rubricas orçamentais foram cuidadosamente analisadas e que havia uma rubrica aberta para donativos às corporações de bombeiros, cujos pagamentos já tinham sido feitos, pelo que, não havendo necessidade das verbas que lá estavam, foi possível fazer a alteração orçamental pelo que, as famílias vão ser ressarcidas dos gastos com os manuais escolares, defendendo que nenhuma instituição deixará de ser apoiada pela Câmara Municipal em função desta opção política. Referindo-se ao seu discurso na tomada de posse, dos autarcas eleitos para a Junta de Freguesia de Sobrosa, esclareceu que apenas respondeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia que afirmou que o anterior Executivo tinha feito investimentos de milhões na freguesia de Sobrosa e que, o Executivo Municipal não deixaria de se preocupar com as freguesias mais necessitadas. -----



97
Ucarap

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM CINCO VOTOS A FAVOR DO PS E QUATRO ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A VIGÉSIMA PRIMEIRA MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL ANO DOIS MIL E DEZASSETE; MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO DA DESPESA, VIGÉSIMA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL; MODIFICAÇÃO AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS, DÉCIMA SEGUNDA ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL. -----

O Senhor Vereador, Dr. Rui Moutinho, fez a seguinte declaração de voto: "O PSD tinha no seu programa o suporte integral dos encargos das famílias com a aquisição dos manuais escolares até ao décimo segundo ano e, por conseguinte, concorda com o reforço da rubrica de apoio às famílias. Não pode é concordar que esse reforço dependa essencialmente da diminuição do apoio a instituições sem fins lucrativos o que desde já não é um bom augúrio para a governação do PS neste tocante." -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, fez a seguinte declaração de Voto: "Fizemos a alteração orçamental que se impunha e foram salvaguardados todos os apoios financeiros às instituições, assim como os encargos que o Município tem, até ao final do ano. -----

7 - DESPACHO PARA PAGAMENTOS DIVERSOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, número nove mil novecentos e onze barra dezassete, datado de vinte e três de outubro do corrente ano, a determinar diversos pagamentos. -----

Colocado o assunto a votação, -----



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR OS DIVERSOS PAGAMENTOS CONSTANTES DO DESPACHO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

8 - DESPACHO DE MANUTENÇÃO DOS FUNDOS DE MANEIO E FUNDOS DE CAIXA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal com o número nove mil novecentos e treze barra dezassete, datado de vinte e três de outubro do corrente ano, a determinar a manutenção dos fundos de maneio e fundos de caixa. -----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

9 - DESPACHO DE DESIGNAÇÃO DE DOIS VEREADORES EM REGIME DE TEMPO INTEIRO - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de vinte e três de outubro do corrente ano, a propor a fixação de dois Vereadores em regime de tempo inteiro a ocupar pelos Senhores Vereadores, Dr. Francisco Manuel Moreira Leal e Dra. Beatriz Sofia Gomes Meireles Duarte Geada. -----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

10 - PROPOSTA PARA FIXAR EM MAIS DOIS O NÚMERO DE VEREADORES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, a propor a fixação em mais dois o número de Vereadores, sendo um em regime de tempo inteiro, a

977

Ucarap


ser ocupado pelo Vereador Dr. Paulo Jorge Moreira da Silva e outro em regime de meio tempo a ser ocupado pelo Vereador, Sr. Elias Acácio da Silva Barros. -----


Tomou a palavra o Vereador, Dr. Rui Moutinho, que colocou as seguintes questões: "Senhor Presidente, explique-nos, a nós e ao povo, o que mudou desde que deixaram de ser oposição para agora já acharem que afinal a Câmara Municipal necessita de um número de vereadores com pelouros atribuídos superior ao limite legalmente fixado? Será que agora que chegaram ao poder, afinal terão de pagar favores com tachos? Ou afinal o senhor, apesar de antes ser vereador não fazia a mínima ideia de como funcionava uma câmara?" -----

Tomou a palavra o Vereador, Dr. Manuel Fernando Rocha, que afirmou que não iria criticar o pedido de fixação em mais dois, do número de Vereadores, uma vez que o seu partido também o fez no passado, exatamente porque teve necessidade de o fazer. Relativamente à questão da Proteção Civil, disse comungar da opinião do Vereador, Dr. Rui Moutinho, quando disse que o Vereador, Sr. Elias Barros, tem capacidade para assumir todas as competências deste Pelouro, reconhecendo-lhe todas as capacidades para tal, porém, o facto de ser um Vereador, em regime de meio tempo, vai depender dele a articulação do serviço. Afirmou não concordar quando se falou em falta de tempo do anterior Vereador do Pelouro, por acumular outros pelouros, nomeadamente o das Obras Municipais, até porque os factos falam por si, como foi o reconhecimento pela Liga de Bombeiros Portugueses com a medalha de ouro de serviços distintos, assim como pelas Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa. Disse ainda ter consciência do dever cumprido, tanto mais que manteve e mantém um excelente relacionamento com as cinco corporações de bombeiros do Concelho e delegações da Cruz Vermelha. -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente, onde afirmou que não disse que o anterior titular do cargo não tinha tempo para o exercício daquela função e que apenas fez uma analogia, referindo que o anterior Vereador, exercia funções a tempo inteiro, mas tinha mais Pelouros e que o atual Vereador iria exercer as funções a meio tempo, mas que tinha







apenas dois pelouros. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A FIXAÇÃO EM MAIS DOIS, O NÚMERO DE VEREADORES, SENDO UM EM REGIME DE TEMPO INTEIRO, A SER OCUPADO PELO VEREADOR, DR. PAULO JORGE MOREIRA DA SILVA E OUTRO EM REGIME DE MEIO TEMPO A SER OCUPADO PELO VEREADOR, SR. ELIAS ACÁCIO DA SILVA BARROS. -----

O Vereador, Dr. Rui Moutinho, fez a seguinte declaração de voto: "O PSD concorda com o número de vereadores a tempo inteiro e a meio tempo proposto. Não pode é deixar de realçar que o PS sempre foi contrário a uma fixação de número de vereadores com funções atribuídas em número superior ao legalmente estatuído e, logo na primeira reunião do seu mandato, meta na gaveta as suas alegadas convicções e siga pelo mesmo caminho que tanto criticou. Este é um sinal de que, quando se referiam a mudança era só de rostos e não de atitudes, mas certamente os paredenses a seu breve trecho vão notar que foram enganados." -----

Na sua declaração de voto, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, referiu que o assunto em causa foi alvo de grande ponderação e que os dois Vereadores em causa são necessários para o exercício das funções que lhes foram confiadas, concluindo afirmando que, quem aqui falta à verdade, é quem não pediu desculpa aos paredenses. -----

11 - DISTRIBUIÇÃO DE PELOUROS E DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datado de vinte e três de outubro do corrente ano, relacionado com a





distribuição de poderes e delegação de competências nos Vereadores para assinar e rubricar toda a correspondência que ocorra nas respectivas áreas funcionais. -----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

12 - DESIGNAÇÃO DO VICE-PRESIDENTE - PARA CONHECIMENTO

Foi presente à reunião, para conhecimento, o despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal número cento e trinta e seis barra dezassete, datado de vinte e três de outubro do corrente ano, no qual é designado para exercer as funções de Vice-Presidente, o Vereador, Dr. Francisco Manuel Moreira Leal. -----

A CÂMARA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO. -----

13 - PERIODICIDADE DAS REUNIÕES DO EXECUTIVO E APROVAÇÃO DAS ATAS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de vinte e três de outubro do corrente ano, relacionada com a periodicidade das reuniões do Executivo Municipal, no sentido de se realizarem nas primeiras e terceiras quintas feiras de cada mês pelas catorze horas e trinta minutos, sendo que, as primeiras reuniões de cada mês serão públicas. Mais propõe que, para efeitos de execução imediata das deliberações que venham a ser tomadas em cada reunião sejam desde logo aprovadas em minuta, sendo a sua redação final apreciada e votada na reunião imediatamente a seguir. -----

Colocado o assunto a votação, -----



977

Ucarap

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU APROVAR, POR UNANIMIDADE, QUE AS REUNIÕES DO EXECUTIVO MUNICIPAL SEJAM REALIZADAS NAS PRIMEIRAS E TERCEIRAS QUINTAS FEIRAS DE CADA MÊS PELAS CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS, SENDO QUE A PRIMEIRA REUNIÃO DE CADA MÊS SERÁ PÚBLICA. MAIS FOI DELIBERADO QUE, PARA EFEITOS DE EXECUÇÃO IMEDIATA DAS DELIBERAÇÕES QUE VENHAM A SER TOMADAS EM CADA REUNIÃO SEJAM DESDE LOGO APROVADAS EM MINUTA, SENDO A SUA REDAÇÃO FINAL APRECIADA E VOTADA NA REUNIÃO IMEDIATAMENTE A SEGUIR. -----

14 - PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO PRESIDENTE DA CÂMARA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de vinte e três de outubro do corrente ano, relacionada com a delegação de competências no Presidente da Câmara Municipal. -----

Tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. Rui Moutinho, colocou as seguintes questões: "Senhor Presidente, não se importa de nos explicar, sobre esta matéria, o que mudou desde que deixaram de ser oposição? Eu posso explicar-lhe a pergunta. É que o PS, quando era oposição, sempre teve uma posição totalmente contrária ao que agora propõe. O que mudou? Será que só agora é que o senhor ficou a saber quais são as competências da Câmara e as suas? Ou seja, será verdade que o senhor, apesar de antes ser vereador não fazia a mínima ideia do que andava aqui a fazer e por isso é que nunca apresentava propostas?" -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que referiu que o que está em causa é a pessoa que exerce as funções de Presidente de Câmara, ou seja, não concordava que estas competências fossem delegadas no anterior Presidente da Câmara. -

Colocado o assunto a votação, -----



97

Ucarap

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL. -----

O Vereador, Dr. Rui Moutinho, fez a seguinte declaração de voto "O PSD vota a favor muito embora não possa deixar de realçar que o PS afinal concorda com o PSD e com a prática que era por nós seguida de delegar no presidente da câmara o exercício de um conjunto de competências cujo exercício não se compadece com a periodicidade das reuniões. Ou seja, o PS da oposição e enquanto na oposição, criticava esta opção e era contra a mesma, mas o PS no poder muda radicalmente de opinião e já a propõe como se tivesse esquecido tudo o que disse a este propósito enquanto era do contra". -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal fundamentou a sua declaração de voto, na intervenção proferida.-----

15 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO - PARA RATIFICAÇÃO

Foi presente à reunião, para ratificação, uma informação proveniente do anterior Gabinete da Presidência, relacionado com a aquisição de equipamento informático. -----

Tomou a palavra o Vereador, Dr. Manuel Fernando Rocha, que esclareceu que após se ter deslocado já por três vezes a uma loja MEO, as chamadas que tem feito continuam a ser debitadas à Câmara Municipal. Observou, no entanto, ser responsável pelo pagamento das chamadas efetuadas. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, RATIFICAR A PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO INFORMÁTICO NOS TERMOS DA



97
Ucarap

INFORMAÇÃO. -----

16 - SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA EM 600-1 E VARIANTE, NA FREGUESIA DE REBORDOSA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a informação do Pelouro de Desenvolvimento Municipal, com o número de identificação de processo geral, quarenta e seis mil trezentos e cinquenta e seis, datada de, do corrente ano, a remeter ao executivo, para discussão e votação, as partes escritas e desenhadas sobre a sinalização vertical e horizontal, na EM 600-1 e variante, na freguesia de Rebordosa. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS SOBRE A SINALIZAÇÃO VERTICAL E HORIZONTAL NA EM 600-1 E VARIANTE, NA FREGUESIA DE REBORDOSA, NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO PARA SER APRECIADO E VOTADO EM SEDE DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

17 - SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA 5 DE OUTUBRO, EM MOURIZ, FREGUESIA DE PAREDES - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, a informação do Pelouro de Desenvolvimento Municipal, com o número de identificação de processo geral, cinquenta e seis mil duzentos e setenta e três, datada de vinte e cinco de setembro, do corrente ano, a remeter ao executivo, para discussão e votação, as partes escritas e desenhadas sobre a sinalização vertical na Rua 5 de outubro em Mouriz, atual freguesia de Paredes. -----



97

Ucar

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR AS PARTES ESCRITAS E DESENHADAS SOBRE A SINALIZAÇÃO VERTICAL NA RUA CINCO DE OUTUBRO EM MOURIZ, ATUAL FREGUESIA DE PAREDES NOS TERMOS PROPOSTOS. MAIS FOI DELIBERADO, COM A MESMA VOTAÇÃO, REMETER O PRESENTE ASSUNTO PARA SER APRECIADO E VOTADO EM SEDE DE ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

18 - DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE - PROCESSO 1137/00P, EM QUE É REQUERENTE CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, um despacho proveniente do Pelouro do Urbanismo, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, datado de vinte e sete de setembro do corrente ano, a remeter ao Executivo, para discussão e votação, o processo número 1137/00P, em nome de Caixa Geral de Depósitos, para que seja declarada a sua caducidade. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, DECLARAR A CADUCIDADE DO PROCESSO 125/13P, EM NOME DE CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS, NOS TERMOS E FUNDAMENTOS CONSTANTES DO PARECER QUE SUPORTA A PRESENTE DECISÃO. -----

19 - DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO QUE DEVERÃO INTEGRAR O CONSELHO GERAL DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS/ESCOLA NÃO AGRUPADA - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO



977

Ucarap

Foi presente à reunião uma informação com o número de identificação de processo geral sessenta e dois mil cento e vinte e sete, datada de vinte e três de outubro do corrente ano, proveniente da Divisão de Educação e Cultura, relacionada com a designação dos representantes do Município que deverão integrar o Conselho Geral dos Agrupamentos de escolas/escola não agrupada. -----

Tomou a palavra a Vereadora, Dra. Hermínia Moreira, que afirmou que enquanto membro efetivo, tem conhecimento da excelente forma como trabalham os Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escolas/Escola não Agrupada. Observou haver três representantes do Município em cada Conselho Geral, lamentando o facto da junta de freguesia de Lordelo deixar de estar representada na proposta ora em discussão. Alertou para o facto desta ter sido uma experiência que funcionou muito bem, havendo uma aproximação da freguesia ao Conselho Geral, referindo ainda que, em lugar de se alterar, esta experiência deveria ser alargada a outras freguesias. -----

Tomou a palavra o Vereador, Dr. Paulo Silva, que esclareceu que o PS estava a ser coerente com aquilo que disse no passado, frisando que não foi mudado nenhum técnico, não se compreendendo, no entanto, a razão por que apenas um Presidente de Junta de Freguesia tinha assento no Conselho Geral. Acrescentou que terão o cuidado de articular este processo com as Juntas de Freguesia, mas envolverão todas as Juntas de Freguesia e não apenas uma. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU POR MAIORIA, COM CINCO VOTOS A FAVOR DO PS E QUATRO ABSTENÇÕES DO PSD, APROVAR A DESIGNAÇÃO DOS REPRESENTANTES DO MUNICÍPIO QUE DEVERÃO INTEGRAR O CONSELHO GERAL DOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS/ESCOLA NÃO AGRUPADA, NOS TERMOS DA INFORMAÇÃO. -----

20 - PROCESSOS DE ISENÇÃO DE TAXA DAS PISCINAS MUNICIPAIS - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

97
Ucaray

Foi presente à reunião, uma informação do Pelouro do Desporto, com o número de identificação de processo geral, sessenta e um mil novecentos e oitenta e um, datada de vinte de outubro do corrente ano, a remeter ao executivo, para discussão e votação, cinco processos de pedidos de isenção de taxa de frequência nas Piscinas Municipais, acompanhados do relatório social e respetivo parecer técnico, emitidos pelo Pelouro de Ação Social. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, E TENDO POR BASE AS INFORMAÇÕES TÉCNICAS QUE SUSTENTAM AS RESPETIVAS PROPOSTAS DE DECISÃO, COM AS QUAIS SE CONCORDA, DEFERIR OS PEDIDOS DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA PELA FREQUÊNCIA NAS PISCINAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS PROPOSTOS NA INFORMAÇÃO. -----

21 - PROPOSTA PARA APOIO FINANCEIRO A FAMÍLIAS A TÍTULO DE PARTICIPAÇÃO DE DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES - ANO 2017/2018 - PARA DISCUSSÃO E VOTAÇÃO

Foi presente à reunião, uma proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, datada de vinte e três de outubro, relacionada com o apoio financeiro a famílias a título de participação de despesas com a aquisição de manuais escolares - ano 2017/2018. -----
-Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que esclareceu que, a proposta ora em discussão, vem no seguimento da aprovação da alteração ao orçamento, havendo posteriormente que definir o apoio financeiro a dar às famílias, a título de participação com as despesas com os manuais escolares até ao décimo segundo ano de escolaridade. -----



97

Ucarap

Tomou a palavra o Vereador, Dr. Rui Moutinho, que colocou as seguintes questões: “Queremos que o senhor Presidente nos explique a diferença em suporte integral de despesa e comparticipação? Queremos que o senhor Presidente nos explique, e a título de exemplo, se quem tem escalão A vai, ou não, receber qualquer apoio da Câmara Municipal? Queremos que o senhor Presidente nos explique se os restantes agregados familiares que não têm escalão A, vão, ou não receber na íntegra o valor suportado com a aquisição de manuais? Queremos que o senhor Presidente nos explique qual a diferença entre um agregado familiar cujos filhos frequentam uma escola pública e aquele que, tendo as mesmas condições financeiras, tem os filhos a frequentar um estabelecimento de ensino privado? Queremos que o senhor Presidente nos explique como, ao não exigir fatura, vai saber se alguém de facto adquiriu os manuais escolares ou se os obteve, por exemplo, a título de empréstimo? Queremos que o senhor Presidente nos explique o que acontecerá aos agregados familiares que no final do ano não devolvam os livros. Vão ter de devolver o valor que a Câmara comparticipou? Queremos que o senhor Presidente nos explique onde está a verdade? O PS prometeu em campanha que suportava o encargo das famílias com manuais escolares até ao 12º ano e agora é só por escalões? O senhor Presidente não se importa de explicar o que é que mudou, entretanto? O senhor Presidente não se importa de explicar quantas serão as famílias abrangidas com o apoio e qual o valor pago pelas famílias que afinal não vai ser comparticipado? O senhor Presidente não se importa de explicar como é que sem fatura vai conseguir saber o que deve ser pago a cada família? Será que agora, em vez de faturas cada família tem de trazer a sua declaração de rendimento para saber em que escalão se encontra? Será que em vez da fatura cada família tem de trazer uma declaração da escola onde tem os seus filhos a indicar em que escalão se encontra? Como vai o senhor Presidente assegurar o pagamento da comparticipação a que se propões durante o mês de novembro quando fixa o prazo para apresentação dos pedidos até ao final do mês? Como é que o senhor Presidente vai explicar aos paredenses que os enganou?” -----



977

Ucar

são obrigados a ter fatura e que vão ser pedidos todos os elementos necessários e, mediante os mesmos, assim como a assinatura de uma declaração sob compromisso de honra que vai ser feito o reembolso. Relativamente à data do reembolso, afirmou que, reunindo-se o Executivo Municipal a vinte e seis de outubro, não existem motivos para que o mesmo seja feito apenas em janeiro mas sim já a partir de novembro próximo e que, palavra dada é palavra honrada. -----

Tomou a palavra o Vereador, Dr. Manuel Fernando Rocha que questionou qual o apoio a conceder a um aluno do sétimo ano que tenha escalão "B" que recebeu o apoio e que tendo feito um investimento de cem euros, disser que tal investimento foi de cento e oitenta euros. Lembrou que o Partido Socialista prometeu livros gratuitos até ao décimo segundo ano em dois mil e treze. Questionou sobre se um aluno do escalão "A", que tenha suportado um custo de cento e oitenta e nove euros e dezanove cêntimos, recebe alguma indemnização da Câmara Municipal. -----

Tomou a palavra o Vereador, Dr. Paulo Silva, que disse que os livros de apoio não são obrigatórios, e que dentro da mesma escola há posições diferentes em relação à exigência desses livros. Os Diretores dos Agrupamentos de Escolas, deixaram claro que os manuais obrigatórios, são os manuais da disciplina.-----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal, que esclareceu que, por uma questão de justiça e equidade, o valor referencial é o valor do estado, ou seja, o valor do escalão "A", porém, havendo dificuldades em ter o apoio do estado, a questão será tratada pelos técnicos. -----

Colocado o assunto a votação, -----

A CÂMARA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM CINCO VOTOS A FAVOR DO PS E QUATRO VOTOS CONTRA DO PSD, APROVAR A PROPOSTA PARA

97

Ucarap

APOIO FINANCEIRO A FAMÍLIAS A TÍTULO DE COMPARTICIPAÇÃO DE DESPESAS COM A AQUISIÇÃO DE MAUNAIS ESCOLARES - ANO DOIS MIL E DEZASSETE, NOS TERMOS DA PROPOSTA APRESENTADA. -----

O Senhor Vereador doutor Rui Moutinho fez a seguinte declaração de voto: "Votamos contra porque o PSD propôs no seu programa eleitoral o pagamento integral do custo suportado pelas famílias com os manuais escolares até ao décimo segundo ano. Reiteramos custo integral. O PS, veio a reboque do PSD afirmar que afinal a ideia era do PS e que também suportaria esse encargo. Dizia nos seus outdoors que pagava os livros e nunca fez referência a que excluía desses as fichas de atividades. Afinal, a proposta agora apresentada, faz referencia a uma comparticipação nas despesas, indexada ao valor participado pelo Estado no Escalão A, quando na verdade se exige, tal como anunciado, a oferta de todos os manuais até ao décimo segundo ano. Por isso, e considerando que a proposta agora apresentada, refere o alívio das despesas, no orçamento das famílias, mas na verdade as famílias com maior carência, nomeadamente as beneficiárias do Escalão A, terão de alívio zero e continuarão sem ver a tão apregoada devolução; que, na proposta agora apresentada, foram completamente ignorados os alunos do primeiro ciclo do ensino básico, que apesar de, supostamente não terem despesas com os manuais, a realidade é bem diferente pois, o apoio concedido pelo estado não cobre os livros de fichas; que a proposta agora apresentada, deixa de fora os alunos inscritos no setor privado, quando a promessa foi clara " oferta dos manuais escolares a todos os alunos até ao décimo segundo ano de escolaridade". Até porque a situação se torna ainda mais grave, pois pressupõe um falacioso juízo de valor, ao considerarem que os alunos do setor privado têm, todos eles, melhores condições económicas do que os do setor público, situação impossível de aferir sem a respetiva análise social; que a proposta agora apresentada, está ferida no princípio do rigor, pois a dispensa de comprovativo de compra, o que poderá levar a uma "devolução" de verbas a quem pura e simplesmente não fez qualquer despesa, pois conseguiu os manuais através de empréstimo ou bancos de



977

Ucaray

livros; que a proposta agora apresentada, aponta para o dia trinta de novembro, como data limite para a instrução do processo, quando tinha, obrigatoriamente, que assegurar que nessa data todas as famílias teriam recebido o reembolso a que têm direito. Só assim se cumpriria o prometido; que a proposta agora apresentada é a confirmação de que a pressa é inimiga da perfeição e que muitas situações não foram convenientemente ponderadas, resultando num mau remendo. Que, tal como apregoado, só havia um caminho, qual seja, cumprir a promessa eleitoral oferecendo todos os manuais a todos os alunos até ao décimo segundo ano. Ora, não tendo sido esse o entendimento do PS, que preferiu deixar centenas, se não milhares de famílias, sentindo-se enganadas e á espera do apoio tao prometido, mas que nunca chegarão a ver. Este só poderia ser o nosso sentido de voto, pois estamos na presença da primeira promessa não cumprida e da confirmação de que a mentira tem perna curta." -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, na sua declaração de voto, afirmou que se o PS não tivesse maioria, não haveria o apoio para os livros escolares e que quem andou a reboque do PS foi o PSD, pegando não só nesta como noutras ideias do PS, reiterando o espírito de equidade e justiça da proposta ora aprovada, caso contrário estaria a beneficiar-se quem tem mais condições económicas. Destacou que esta é a primeira de muitas medidas que serão cumpridas ao longo do mandato, esperando-se que o Vereador, Dr. Rui Moutinho, faça o pedido de desculpas que os paredenses merecem. -----

22 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Encerrada a ordem do de trabalhos, foi dado, de imediato, cumprimento ao disposto no artigo quadragésimo nono da Lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----
Tomou a palavra o Senhor Álvaro Pinto que felicitou o Executivo Municipal e desejou aos Senhores Vereadores da oposição que façam uma oposição construtiva. Felicitou também



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

todos os candidatos que lutaram com bandeiras ideológicas. Questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a possibilidade de eleição, em reunião do executivo, para o cargo de Vice-Presidente da Câmara Municipal. Questionou, a possibilidade das reuniões serem todas públicas. Abordou ainda o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre a possibilidade de vir a referendar o processo de extinção das freguesias. -----

Tomou a palavra o Senhor Carlos Silva que, após felicitar o Executivo Municipal revelou a existência de uma boca de incêndio na Avenida da República, junto ao posto de abastecimento da GALP que há dois anos que não funciona e que poderá constituir perigo no caso de incêndio, sendo urgente e oportuno rever esta situação. Seguidamente aflorou que, por insistência sua, foi feita uma dotação orçamental para a recuperação de um equipamento que é património municipal, que é a ponte românica que ameaça ruir questionando sobre as razões pelas quais a mesma não possa ser integrada na rota do românico. -----

Tomou a palavra o Senhor José Sá que felicitou o Executivo Municipal desejando um mandato profícuo e, de seguida, chamou a atenção para o perigo que constitui os constantes testes de velocidade com os chamados "tunings" assim como também com motos na rua paralela à Rua Padre Marcelino da Conceição, rua que dá para a Praça da Constituição. Observou que, para além da poluição sonora de que insistentemente se queixam os moradores, é uma situação que pode levar a situações gravíssimas pois por ali circula muita gente, sugerindo ao Executivo Municipal a construção de lombas dissuasoras que pudessem ser removidas nas alturas festivas. -----

Tomou a palavra o Senhor Nuno Serra, que igualmente felicitou o Executivo Municipal, fazendo votos de um bom mandato e disponibilizando-se, assim como o Executivo da Junta de Freguesia de Lordelo que lidera, para colaborar com a Câmara Municipal. Referindo-se à retirada da Junta de Freguesia de Lordelo do Conselho Geral do Agrupamento Escolar, disse ser uma medida que prejudica a freguesia de Lordelo ao



977

Ucarap

mesmo tempo que se mostrou surpreendido com o facto de nenhuma Junta de Freguesia fazer parte do Conselho Geral dos Agrupamentos de Escolas. Observou que o Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Lordelo sempre funcionou muito e que, a seu ver, esta não deixou de ser uma experiência muito positiva e enriquecedora para o Agrupamento contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e de tudo o que se passa numa comunidade escolar. Lembrou que, no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas de Lordelo estão representadas diversas sensibilidades, e solicitou ao Executivo Municipal que reveja a situação e que os Presidentes de Junta de Freguesia possam estar representados no Conselho Geral dos Agrupamentos de Escolas uma vez que foram eleitos para representar e defender os interesses das suas freguesias em todas as áreas. Solicitou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que, existindo já o terreno para a construção de uma nova escola em Lordelo, e havendo mesmo tal possibilidade, pudesse garantir aos lordelenses que nada será alterado, nomeadamente quanto à localização e, na eventualidade de uma alteração à localização, que fosse dentro da freguesia de Lordelo. -- Tomou a palavra o Senhor José Ribeiro que, relativamente às comparticipações às famílias pelas despesas com manuais escolares, questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre se a medida abrangia os alunos da escola pública e da privada e se os pais que fizeram a compra dos manuais escolares fora do Concelho de Paredes iriam também ser ressarcidos. Defendeu também que o Concelho devia ser dotado de mais infraestruturas desportivas questionando se vão ser feitas melhorias no Pavilhão Gimnodesportivo de Paredes. -----

Tomou a palavra o Senhor José Alberto Sousa que também felicitou o Executivo Municipal desejando êxito na gestão da Câmara Municipal. Afirmou ter sido exagerada a preocupação com a Proteção Civil pois comparando-se com os Concelhos limítrofes, a Proteção Civil no Concelho de Paredes ao longo dos últimos anos é um parente pobre dos investimentos da Câmara Municipal que precisa de uma grande revolução. Alertou para a remodelação que irá ser levada a cabo em termos de coordenação e investimento na



97

Ucaray

Proteção Civil tendo em conta a catástrofe ocorrida no passado dia quinze de outubro. Referiu que, dada a sua enorme área florestal, atravessada por comboio, autoestradas e por estradas nacionais, o Concelho de Paredes é um Concelho de grande risco pelo que urge melhorar, pois a Câmara Municipal não tem serviços de proteção municipal que exigem estudos de impacto ambiental e florestal, devendo também ser criadas as EIP's (Equipas de Intervenção Permanente) para fogos florestais e situações semelhantes. Sobre estas equipas, revelou que o Estado suporta cinquenta por cento do vencimento destas pessoas, sendo os restantes cinquenta por cento suportados pelo Município, ficando assim com mais gente para intervenção, sendo esta talvez uma solução melhor do que a atribuição de subsídios aos bombeiros. Na sua qualidade de Presidente dos Bombeiros Voluntários de Baltar, disponibilizou a sua colaboração junto do Senhor Vereador da Proteção Civil. -----

Tomou a palavra o Senhor Joaquim Leal que, após felicitar o Executivo Municipal manifestou a sua satisfação pelo fato de, ao longo de mais de quarenta anos de democracia esta ser a primeira vez que o PS é governo na Câmara Municipal de Paredes. Referindo-se ao reparo do Senhor Vereador, Dr. Rui Moutinho, que considerou pertinente, lembrou que o Senhor Presidente da Câmara Municipal cessante, também omitia o nome dos Senhores Vereadores da oposição como aconteceu numa reunião em Aguiar de Sousa sendo que, na altura, não foi solicitada qualquer correção. Lembrou os Senhores Vereadores da oposição que, o Executivo está em funções há apenas quatro dias não devendo exigir-se já aquilo que ao longo de tantos anos não foi feito pelos Executivos do PSD. Sugeriu ao Senhor Presidente da Câmara Municipal que a feira dominical que ocupa o Parque José Guilherme, possa passar a ter lugar no local próprio das feiras de Paredes, pois o Parque José Guilherme é um espaço de excelência que serve de lazer a muitos paredenses. Referiu ser necessário dar vida ao Concelho de Paredes e que tal não acarreta grandes despesas. -----


Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara Municipal que, referiu que o Senhor Vice-Presidente, Dr. Francisco Leal, foi desde sempre apresentado como candidato a Vice-Presidente da Câmara Municipal e, por conseguinte, ficou desde então legitimado como

97

Ucarap

Vice-Presidente da Câmara Municipal pelos paredenses que votaram no PS pelo que não fazia sentido fazer uma votação para tal. Referiu que os principais assuntos para o Concelho de Paredes, nomeadamente os orçamentos municipais, a conta de gerência e a revisões orçamentais serão sempre discutidos nas reuniões públicas ao contrário do que fazia o anterior Executivo pese embora existirem assuntos que não devem ser discutidas publicamente até por envolverem terceiros. No que diz respeito à reversão da agregação das freguesias, esclareceu que os princípios que levaram à agregação de freguesias não surtiram qualquer efeito e que este é um assunto que o Partido Socialista tem em estudo devendo, no entanto, aguardar-se pela respetiva legislação assim como pelo veredicto da população. Quanto à questão da não presença dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia nos Conselhos Gerais dos Agrupamentos Escolares, afirmou que se tratou de uma questão de justiça e equidade esclarecendo, porém, que, se tecnicamente for entendido que os mesmos devam fazer parte dos Conselhos Gerais, o assunto será revisto. Relativamente à questão da eventual nova escola em Lordelo, afirmou que o Partido Socialista não tem conhecimento do assunto, tendo apenas conhecimento da existência de uma verba para obras nas Escolas Secundárias, esclarecendo que as escolas secundárias de Lordelo, Rebordosa e Sobreira necessitam urgentemente de obras. No que diz respeito ao reembolso das despesas com os manuais escolares, reiterou que o mesmo será apenas para as famílias com filhos no ensino público, que esta era uma decisão política, não interessando onde foram adquiridos os manuais escolares. Quanto à questão do Pavilhão Gimnodesportivo Municipal de Paredes, disse que o compromisso assumido pelo PS é transformá-lo num pavilhão multiusos, o que já está a ser tratado. Lembrou que o pavilhão foi adquirido em hasta pública por um milhão e seiscentos mil euros, sendo necessário o visto prévio do Tribunal de Contas para se concretizar a compra. Relativamente à questão levantada pelo Senhor José Alberto Sousa, manifestou o seu interesse nas EIP's, (Equipas de Intervenção Permanente), e que o assunto vai ser estudado pelo Executivo Municipal. No que diz respeito à feira de antiguidades do Parque José Guilherme, esclareceu que a que se realizará no próximo dia vinte e nove de outubro será a última naquele local e que a de cinco de novembro próximo já se realizará no espaço habitual das feiras de Paredes sendo que irá ser elaborado um regulamento para as disciplinar. Lembrou que, depois do reembolso das despesas com a compra dos





manuais escolares, a retirada da feira de antiguidades do Parque José Guilherme já é o segundo compromisso que o atual Executivo cumpre com apenas cinco dias de gestão. ----

E nada mais havendo a tratar, foi elaborada a ata da presente reunião, cuja minuta já havia sido aprovada e que, depois de lida, foi submetida à aprovação do Executivo, sendo aprovada por unanimidade. -----

Sendo dezasseis horas e cinquenta minutos, pelo Senhor Presidente, foi declarada encerrada a presente reunião. -----

E eu, Verónica de Brito Castro, Chefe da Divisão Administrativa, redigi e, juntamente com o Senhor Presidente da Câmara Municipal, subscrevi a presente ata, a qual se encontra fiel ao que de relevante se passou na mesma reunião. -----



Alexandre Almeida, Dr.

